

Jane Araújo



DECISÃO Segundo Renan Calheiros (à esquerda, ao lado de Edson Vidigal), o referendo é uma oportunidade para o país

CPIs examinam documentos em busca de provas

Trabalho conta com ajuda de técnicos do Banco Central, do TCU e do Senado

As CPIs do Mensalão e dos Bingos aproveitam a semana sem depoimentos para analisar documentos recebidos da Receita Federal, dos bancos e das companhias telefônicas, em busca de provas de envolvimento dos acusados. O banco de dados a ser montado pela CPI do Mensalão será usado também pela comissão que investiga irregularidades nos Correios.

Páginas 3 e 4

SEMINÁRIO DISCUTE COMBATE À IMPUNIDADE

Ao participar de seminário internacional sobre o combate à impunidade, em Brasília, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é visível o anseio da

população por uma ordem jurídica que responda às necessidades atuais. Ele afirmou que a proibição definitiva do comércio de armas de fogo é o primeiro passo

para reduzir a violência. Já a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa acredita que a proibição, se for mantida, deve aumentar o comércio ilegal de armas.

Página 7

Marcos Vicentini/Folha Imagem



INOVAÇÃO O projeto permite a exploração privada de florestas públicas. Segundo o governo, o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável

Gestão das florestas, projeto que gera polêmica no Senado

Três comissões do Senado realizam no próximo dia 13 audiência com os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e

do Meio Ambiente, Marina Silva. Na pauta, o projeto do Executivo que trata da gestão das florestas públicas, um tema polêmico.

Página 6

Plenário debate denúncia contra Severino

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, requereu ontem ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que suspenda o direito de o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, usar a medalha da Ordem do Rio Branco. O pedido foi motivado por denúncia, divulgada pela imprensa, de que Severino teria recebido propina mensal de R\$ 10 mil em 2003, supostamente paga por um empresário que opera rede de lanchonetes e restaurantes na Câmara. O assunto foi comentado em Plenário também pelo senador Alvaro Dias.

Página 3

Moreira Mariz



Uma exposição de 60 peças criadas por 56 grupos étnicos chineses está aberta ao público, no Salão Negro do Congresso Nacional, até o dia 30 deste mês. Durante o evento, músicos tocarão instrumentos de cordas, sopro e percussão – alguns deles considerados verdadeiros tesouros da civilização chinesa. **Página 4**



SEGURANÇA Para Crivella, rechaçar manifestantes com equipamentos lesivos é ato de violência

Cassetetes de borracha em manifestações

O uso de equipamentos de segurança pelos agentes públicos poderá ser disciplinado por meio de projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que se encontra em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi escolhido como relator da matéria, que estabelece a substituição de cassetetes de madeira por similares de borracha rígida, entre outras inovações a serem implementadas como forma de garantir a integridade física dos participantes de manifestações públicas (PLS 256/05).

Na justificativa da matéria, Crivella explica a diferença entre o uso da violência e o uso da força. O primeiro, esclarece, é vedado ao agente do Estado, sobretudo o policial. Já a força, segundo o senador, é um ato discricionário, legal e legítimo se for proporcional ao agravo.

– Rechaçar manifestantes com equipamentos de extrema capacidade lesiva é um ato de violência e pode vir a configurar os crimes de abuso de poder e de autoridade – alega.

A proposta proíbe ainda o uso de espadas, sabres e lanças, salvo para situações específicas, como solenidades.

Sinal aberto da TV Senado chega em março a Salvador

■ Cidade será a primeira capital brasileira a receber por canal UHF a programação feita em Brasília

Salvador será a primeira capital brasileira a dispor do sinal aberto da TV Senado. Atualmente, a transmissão da programação da emissora é veiculada em canal aberto apenas no Distrito Federal. A expectativa do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, é a de que o sinal esteja disponível, por meio do canal UHF 53, até março do próximo ano.

A ampliação do alcance da TV Senado faz parte de um projeto de expansão da área de comunicação social da Casa, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A intenção do presidente do Senado, Renan Calheiros, é levar a programação para todas as capitais brasileiras.

– Transmitir a TV Senado como emissora aberta favorece a integração nacional e faz com que o Senado legitime sua representatividade e aprimore seu papel constitucional, que é fazer o melhor para o Brasil – comentou Renan.

Enquanto o sinal aberto não chega a cada capital, o telespectador pode acompanhar a

programação por meio de TVs a cabo e por assinatura, antenas parabólicas ou pela Internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/tv>. Para atender ao crescimento da audiência provocado pelas transmissões das reuniões das CPIs, a TV Senado lançou a TV Senado 2, que permite, via Internet, a transmissão ao vivo de comissões e de outros eventos, antes veiculados posteriormente à sua realização.

– Queremos abrir um leque de opções, com a TV Senado 3, a TV Senado 4, permitindo que o cidadão acompanhe o trabalho que for de seu interesse – antecipou o diretor da TV Senado, James Gama.

Pedro Simon quer apressar aviso de desaparecimento

O registro do desaparecimento de criança e adolescente poderá ser feito uma hora depois de ocorrido o fato, caso o Senado aprove projeto (PLS 285/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) disciplinando essa matéria por meio de inserção de artigo na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O projeto também estabelece que os órgãos competentes, seis horas depois da notificação, terão que iniciar a investigação do desaparecimento.

Segundo a proposta, as primeiras providências incluirão comunicação à Polícia Rodoviária, aos portos e aeroportos, assim como às companhias de transportes, com o fornecimento de elementos necessários à identificação da criança ou adolescente desaparecido. Na justificativa do projeto, Simon alegou que o problema do desaparecimento é de todos, porque ninguém está livre de passar por uma situação como essa.

– Afinal, são 204 mil pessoas que desaparecem todos os anos no país, um número que não pode deixar de ser observado. É de extrema importância que se mobilizem as autoridades competentes, no controle e busca dos desaparecidos, tão logo se verifique o desaparecimento, a fim de minimizar os casos que se tornam insolúveis – disse.

Oportunidade

Simon afirmou que, em junho de 1997, foi submetido à votação no Senado Federal projeto estabelecendo que esse tipo de investigação se iniciasse tão logo fosse notificado o desaparecimento. Aprovado na Casa, o projeto recebeu parecer contrário na Câmara dos Deputados.

Foi por considerar mais do que oportuno e adequado um projeto com esse objetivo que Simon o reapresentou no Senado. O senador assinalou que o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil tem sido observado com frequência muito grande. E que não se justifica mais aguardar o prazo de 24 horas para que as autoridades policiais façam o registro e iniciem as investigações.

As principais causas de desaparecimento, segundo o senador, são: fugas, geralmente de crianças que vivem em situação de risco (abandono material, violência doméstica, desentendimentos familiares); crianças que se perdem nas grandes cidades, e fugas de portadores de deficiência mental.

Agenda

Semana de análise de documentos nas CPIs

A semana será de análise de documentos. O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou a criação de duas subcomissões

destinadas a investigar denúncias relacionadas aos fundos de pensão e ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

CAE delibera sobre Fundo de Garantia e lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 11h30 de hoje para votar uma pauta de 35 itens, entre os quais projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do



Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Também deve ser votado projeto do senador licenciado Antero Paes de Barros que torna mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Na sala 19, da Ala Alexandre Costa.

Plenário

Hoje, a sessão plenária será não deliberativa, com início às 14h.

Presidência

Renan Calheiros deve receber, às 11h, o presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes do Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Comissão de inquérito do Mensalão prioriza o exame dos diversos documentos recebidos. Alvaro e Virgílio comentam denúncia de que Severino teria recebido propina e Renan afirma que caso está sendo investigado e terá resultado em breve

Alvaro: se culpado, Severino deve ter mandato cassado

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que, se ficar comprovado que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebeu propina do restaurante Fiorella, localizado no Anexo IV da Casa, terá que haver instauração de processo para a cassação de seu mandato.

Embora a oposição peça o afastamento de Severino do cargo, o senador entende que essa medida não é suficiente.

– A situação se agravou a tal ponto que devemos adotar medidas mais rigorosas, ou estaremos justificando a gene-



NOTAS Para Alvaro, explicações até agora "não permitem acreditar na inocência do presidente da Câmara"

ralização de que o Congresso é uma vergonha – disse.

Para Alvaro, as duas notas publicadas por Severino “não permitem acreditar na inocência do presidente da Câmara dos Deputados e na conseqüente irresponsabilidade do denunciante, o empresário Sebastião Augusto Buani”.

Virgílio sugere que comenda seja suspensa

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), encaminhou requerimento ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, solicitando que seja suspenso o direito de uso da medalha da Ordem do Rio Branco concedida ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. O pedido foi motivado por denúncia de que Severino teria recebido propina do empresário Sebastião Buani, interessado em continuar operando restaurantes na Câmara.



PROIBIÇÃO Virgílio quer vetar direito de uso de medalha da Ordem do Rio Branco dada a Severino

Arthur Virgílio argumentou que o Estatuto da Ordem do Rio Branco admite que a medida seja adotada em caso de prática contrária à honra nacional, circunstância na qual a denúncia contra o deputado Severino Cavalcanti se enquadraria.

Para Renan, investigação será logo concluída

Em entrevista coletiva ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que denúncias contra o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, serão investigadas pela Polícia Federal e pela Corregedoria da Câmara.

– Faço questão de não comentar o dia-a-dia da investigação, para manter a minha isenção como presidente do Congresso. As instituições estão funcionando e logo teremos

uma resposta – disse.

A entrevista foi concedida por Renan logo depois de sua palestra no seminário internacional “Propostas para um Novo Modelo de Persecução Criminal – Combate à Impunidade”, promovido pelo Conselho de Justiça Federal e presidido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal.

Renan assinalou ainda que o Brasil quer respostas rápidas às denúncias e que, ao mesmo tempo, é necessário que as instituições não parem de funcionar. O Senado, lembrou ele, tem compatibilizado a investigação com o trabalho legislativo.

CPI organiza documentos e monta banco de dados

Em função do feriado de 7 de setembro, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão não marcou depoimentos para a semana. O presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), e o relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), decidiram aproveitar esse tempo para montar um banco de dados consistente e informatizado com os documentos recebidos da Receita Federal, das empresas de telefonia, do Banco Central, do Banco do Brasil e de bancos privados como o Banco Rural e o BMG.

O trabalho de análise e cruzamento de documentos está sendo feito por técnicos e especialistas do Tribunal de Contas da União, do Banco Central e do próprio Senado. O banco de dados será utilizado também pela CPI dos Correios. Ontem, estavam sendo aguardados os documentos relativos às quebras de sigilos de vários fundos de pensão que já foram aprovadas pelas comissões.

Para Abi-Ackel, somente com uma análise criteriosa dos documentos será possível encontrar provas cabais de envolvimento de deputados, bem como descobrir as fontes do dinheiro que passou pelas



SIGILOS Sem depoimentos marcados para a semana, em razão do feriado de amanhã, Abi-Ackel e Amir Lando (E) priorizam análise criteriosa de informações

empresas de Marcos Valério, antes de ser distribuído aos partidos políticos.

O deputado lembrou que no relatório parcial das duas CPIs, aprovado na semana passada, há o seguinte trecho: “A ninguém convence a versão de que Marcos Valério tenha feito empréstimos milionários ao PT apenas em nome da amizade com o tesoureiro Delúbio Soares. A versão não passa de uma desculpa esfarrapada”.

Abi-Ackel disse que, numa fase mais aprofundada das investigações, a CPI poderá contratar uma empresa especializada em auditorias para dispor de uma segunda opinião sobre as provas identificadas pela equipe formada por integrantes do TCU, do BC e do Senado.

A partir da próxima segunda-

feira, serão marcados os depoimentos já aprovados, como os do tesoureiro informal do PP, João Cláudio Genu, do presidente do PT, José Genoíno, e do doleiro Antonio Claramunt, o Toninho da Barcelona.

Por iniciativa da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), alguns presidentes de fundos de pensão devem ser convocados (ou reconvocados), mas somente depois que a comissão analisar os documentos relativos à quebra dos sigilos bancário e fiscal dessas instituições.

Zulaiê foi escolhida sub-relatora da CPI do Mensalão por sua experiência como advogada criminalista e relatora da reforma do Judiciário. Rodolpho Tourinho (PFL-BA), também sub-relator, tem conhecimentos sobre o sistema bancário.

Simon elogia trabalho conjunto das comissões

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) aplaudiu a decisão das comissões parlamentares de inquérito dos Correios e do Mensalão de elaborar um relatório parcial conjunto. Ele defendeu ontem a continuidade das investigações para que se descubra a origem do dinheiro distribuído aos parlamentares e o papel desempenhado pelos fundos de pensão no esquema. Outra medida que as CPIs devem tomar, na opinião do senador, é fazer um levantamento das conclusões da CPI do Banestado.

Simon disse ter visto “com angústia” o início dos trabalhos das CPIs, “carregadas de ambiente partidário”, mas observou que, com o tempo, “os governistas deixaram que as coisas fluíssem, e a oposição concordou em recuar; assim, as CPIs passaram a ter um ambiente respeitável, buscando a verdade”. Ele considerou “uma decisão inteligente a produção de parecer comum das duas CPIs.

– No meio da tragédia, acho que o Congresso está fazendo sua parte. Estou vendo que



APROVAÇÃO “No meio da tragédia, acho que o Congresso está fazendo a sua parte”, afirma Pedro Simon

estamos caminhando no bom sentido. Para completar o trabalho, a Câmara tem de votar logo a microreforma que o Senado aprovou para a campanha eleitoral do ano que vem – afirmou.



Especialistas iniciam análise de documentos. Mão Santa diz que escândalos do PT ajudaram a baixar popularidade dos políticos

CPI examina dossiê sobre Santo André nesta semana

■ Documento entregue pelo irmão do ex-prefeito está guardado em cofre no subsolo da secretaria da comissão

O dossiê entregue na última quinta-feira à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos por João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, do PT, assassinado em janeiro de 2002, está guardado em um cofre no subsolo da secretaria do colegiado e deverá começar a ser analisado no decorrer desta semana. Segundo informações de João Francisco à CPI, o dossiê detalha um esquema de corrupção e de pagamento de propina à prefeitura de Santo André, envolvendo principalmente empresas de ônibus e de lixo daquela cidade.

Com a ajuda de um auditor do Banco Central e de duas analistas do Tribunal de Contas



DENÚNCIA João Francisco Daniel (E), ao lado de Efraim Moraes e de Garibaldi Alves, presidente e relator da comissão, durante depoimento na quinta-feira

da União (TCU), a CPI iniciou ontem a análise de uma vasta documentação armazenada em 30 caixas de papelão. Entre os documentos, estão aqueles relacionados às quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de mais de 50 pessoas e empresas supostamente envolvidas nas denúncias.

Propina

A CPI também deve examinar a gravação do depoimento do advogado Rogério Tadeu Buratti ao Ministério Público de São

Paulo, no qual ele denunciou que a empresa Leão & Leão pagava, mensalmente, propina no valor de R\$ 50 mil à prefeitura de Santo André.

Os parlamentares querem certificar-se de que Buratti não sofreu qualquer tipo de constrangimento ao longo do depoimento.

O trabalho será estendido até a próxima sexta-feira, já que no decorrer desta semana a CPI dos Bingos não tomará novos depoimentos.

Mão Santa culpa PT por baixa credibilidade dos políticos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou ontem em discurso pesquisa divulgada no fim de semana pela revista *Carta Capital*, segundo a qual só 8% dos entrevistados acreditam nos políticos. A classe de maior credibilidade é a dos médicos, seguida dos jornalistas, com 73%. Mão Santa afirmou que o Partido dos Trabalhadores tem parte da culpa pelos baixos índices de popularidade dos políticos.

– A pesquisa exige reflexão. A baixa popularidade se deve em parte ao PT – lamentou.

Ele observou que o presidente Lula precisa de um conselheiro de grande respeitabilidade no Palácio do Planalto e recomendou o nome do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso. E disse que, em seus 15 anos como ministro do Planejamento, nas décadas de 70 e 80, nunca houve um fato que o desabonasse. Mão Santa leu



GARANTIA Mão Santa sugere que Lula tenha como conselheiro ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso

trecho de artigo do ex-ministro publicado no final de semana no jornal *Gazeta Mercantil*, em que adverte que, “se não houver reformas, novas crises virão”.

Audiência debate convergência tecnológica

Audiência pública para debater o tema “Convergência Tecnológica dos Meios de Comunicação” está prevista para a próxima segunda-feira, às 10h30. O evento é

promovido pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso. Foram convidados o presidente da Tim-Brasil, Mário César Araújo; o diretor da Rede Brasil Sul de Comuni-

cação (RBS), Fernando Ferreira; o vice-presidente da Rede Bandeirantes, Antônio de Pádua Telles de Carvalho; e o consultor da Rede Fácil-Unibanco, Claudionor Coelho.



Comissão do Mercosul analisa acordo com Uruguai

A cooperação bilateral para o combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas, como o contrabando e o narcotráfico, está prevista em acordo firmado por Brasil e Uruguai que será analisado, na quinta-feira da próxima semana, às 9h, em reunião da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O documento abre a possibilidade de realização de diversas atividades conjuntas, como as de intercâmbio de informações, controle de tráfico de aviões, treinamento de pessoal, assistência técnica e exercícios combinados. Acordos semelhantes já foram firmados com Argentina, Peru, Colômbia e Paraguai – este já em vigor.

Existem atualmente cerca

de 150 vôos clandestinos por mês na fronteira entre Brasil e Uruguai, segundo exposição de motivos assinada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que acompanha a Mensagem Presidencial 160/05. E no momento não há, como observou, mecanismos que permitam o patrulhamento conjunto de aeronaves clandestinas que cruzam o espaço aéreo de um país para o outro.

O acordo foi considerado “conveniente e oportuno aos interesses nacionais” pelo relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS). A seu ver, “a natureza transnacional de certas atividades ilícitas só pode ser coibida com a cooperação judiciária e de forças de segurança”.

Instrumentos musicais da China em exposição no Senado

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e o encarregado de Negócios da Embaixada da República Popular da China, Wu Yuanshan, abriram ontem a exposição *Instrumentos Musicais da China*, no Salão Negro do Congresso.

Estarão à mostra até o dia 30 deste mês 60 peças criadas pelos 56 grupos étnicos da China. Durante o evento, músicos chineses tocarão alguns dos instrumentos de cordas, sopro e percussão.

A embaixada informou que nos arquivos das dinastias Shang e Zhou (1600-256 a.C.), já se fazia menção à existência de mais de 70 tipos diferentes de instrumentos musicais, como o zenghougi bianzhong, um jogo de 65 campainhas de bronze.

– É uma oportunidade rara de viajar na história através de uma exposição riquíssima. É um presente da República Popular da China. O Congresso fica honrado em abrigar essa exposição – disse Agaciel.



RARIDADE No Salão Negro, público poderá apreciar as 60 peças criadas por 56 grupos étnicos chineses. “Uma oportunidade rara”, segundo Agaciel



SIMBOLISMO Paulo Octávio destaca que o culto à Bandeira Nacional deveria servir de exemplo

Paulo Octávio elogia iniciativa do *Correio Braziliense*

Após ter participado, ontem, de uma cerimônia de desfraldamento da Bandeira Nacional promovida pelo *Correio Braziliense*, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) homenageou o jornal com um discurso em Plenário. Ele elogiou a iniciativa do diário, em razão da Semana da Pátria, e afirmou que o periódico “tem uma história que se funde

com a história de Brasília”.

– Foi um evento carregado de simbolismo, que deveria ser imitado por empresas, sindicatos, associações, escolas e prefeituras do país, pois o culto à Bandeira Nacional, símbolo da pátria, é importante – disse, acrescentando que essa é a terceira vez que o jornal realiza a cerimônia de

desfraldamento.

O senador lembrou que “a primeira etapa da história do *Correio Braziliense* se iniciou em 1808, em Londres, quando o jornal foi um baluarte da luta pela independência do Brasil; e a segunda etapa começou em 21 de abril de 1960, data da inauguração de Brasília”.

– Desde que aqui chegou,

junto com os pioneiros que iniciaram esta cidade, o *Correio Braziliense* tem sido uma sentinela em defesa dos interesses de Brasília. O jornal começou com coragem desde cedo, acompanhando o progresso da cidade e fiscalizando seus dirigentes com imparcialidade e competência – declarou o parlamentar.

Senado lança obras sobre Direito na Bienal da Bahia

Serão lançadas hoje, às 18h, no estande do Senado na Bienal do Livro da Bahia, três das principais obras do professor Henrique Savonitti Miranda: *Curso de Direito Administrativo*, *Curso de Direito Constitucional* e *Licitações e Contratos Administrativos*. Os livros foram publicados pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Segundo o autor, o livro *Curso de Direito Administrativo* percorre os vários temas do Direito Administrativo, de maneira clara e objetiva, proporcionando segurança aos candidatos que enfrentam concursos públicos que exigem essa disciplina. Savonitti Miranda ressalta que a obra também traça um caminho para os que pretendem aprofundar-se no estudo desse ramo do Direito.

Já o livro *Curso de Direito Constitucional* traz uma análise dos grandes temas do

Direito Constitucional, servindo ao aluno que se inicia nessa matéria como uma ferramenta para a fácil compreensão dos tópicos abordados, explica o professor. Alguns dos temas abrangidos são os direitos fundamentais e as garantias constitucionais, a organização dos poderes e do Estado brasileiro e as funções essenciais da Justiça.

O terceiro título de Savonitti Miranda que será lançado na Bienal da Bahia, *Licitações e Contratos Administrativos*, analisa cada uma das modalidades de licitação, com destaque para o pregão. Também conceitua os contratos administrativos, desde a formalização e execução até sua extinção e rescisão. Uma novidade dessa última edição da obra é a análise da Lei 11.079/04, que instituiu normas para a licitação e contratação de parcerias público-privadas.

Teatro de boneco de servidor da Casa alegre as crianças

Dezenas de crianças atendidas pela Fundação Pequeno Príncipe, de Salvador, assistiram domingo, no estande montado pelo Senado na Bienal do Livro da Bahia, ao espetáculo de bonecos *O Casamento de Tião Sem Sorte com Chiquinha Muito Prazer*. A peça é apresentada por Josias Wanzeller da Silva, funcionário da Secretaria de Editoração e Publicações (Seep) da Casa.

Também visando o público infantil, o Senado levou para Salvador a cartilha *Jovem Cidadão*, editada pela Seep, e a revista em quadrinhos *Conhecendo o Poder Legislativo e o Senado Federal*, confeccionada pelo Prodasen. As duas publicações estão sendo distribuídas gratuitamente

no estande, para alunos de escolas visitantes.

A cartilha *Jovem Cidadão* reúne passatempos como labirintos, a Bandeira do Brasil para colorir e caça-palavras, em meio a informações sobre a Constituição federal, os Poderes da República e os símbolos nacionais. Traz, ainda, a letra do Hino Nacional, de Osório Duque Estrada.

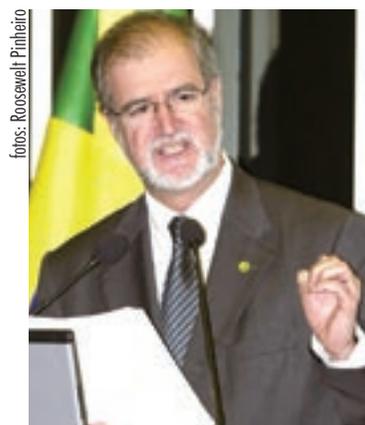
Já a revista *Conhecendo o Poder Legislativo e o Senado Federal* conta a história de um concurso sobre a Casa, realizado em uma escola. Como prêmio pela melhor pesquisa, a turma vencedora ganha uma viagem à capital do país. Na revista, o pequeno leitor adquire noções sobre democracia, importância das leis e trabalho parlamentar.

Brasil deve escutar alerta da natureza, diz Azeredo

Danos ao meio ambiente, segundo o senador, "são gritantes e não podem ser subestimados"

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) chamou a atenção para a questão ambiental no mundo, que, segundo ele, é grave e merece o comprometimento dos governos federal, estaduais e municipais, assim como de todos os brasileiros. O parlamentar pediu que a população brasileira preste mais atenção aos problemas ambientais enfrentados pelo país e pelo mundo atualmente. Na avaliação de Azeredo, o recente furacão que atingiu os Estados Unidos e o maremoto na Ásia em dezembro passado são um alerta para a crescente “deterioração ambiental” enfrentada pelo planeta.

– Os danos ganharam corpo, são gritantes e não podem ser subestimados – disse Azeredo.



AÇÃO Azeredo pede que governos e população trabalhem para solucionar problemas ambientais cotidianos

O senador citou como grandes obstáculos a serem enfrentados pela Humanidade o aumento da temperatura média global, o derretimento das geleiras no Pólo Sul e no Ártico, a degradação de ecossistemas, o desmatamento de florestas, a desertificação e o efeito estufa. Para Azeredo, cabe a cada um dos habitantes do planeta pensar soluções e “agir onde vivencia os problemas que o afetam diretamente”.

Projeto de Valadares proíbe a adição do flúor à água

A adição de flúor à água, bebidas e alimentos poderá ser proibida no país se transformado em lei projeto apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Conforme a proposta, a utilização da substância para prevenção da cárie será realizada apenas por meio de aplicação tópica. A matéria se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo.

Segundo Valadares, apesar de amplamente difundida a informação de que o flúor é eficiente na profilaxia da cárie,

estudos revelam que ele é um subproduto da fabricação de alumínio altamente tóxico e pode estar causando malefícios à população brasileira. O senador esclarece que o excesso de exposição a esse elemento causa a fluorose dental – manchas e outras alterações no esmalte – e que o flúor só tem efeito contra as cáries se aplicado diretamente no dente.

– Não faz sentido, portanto, obrigar toda uma população a ingerir um elemento tóxico na água de abastecimento público ou em alimentos e bebidas nos quais ele vem sendo rotineira-

Eduardo Azeredo lembrou que, quando governador de Minas Gerais, criou a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, adotou helicópteros para o combate e prevenção de queimadas e instituiu o ICMS Ecológico. Além disso, sugeriu à Assembléia Legislativa do estado a criação da chamada Lei Robin Hood, que incentivou as prefeituras mineiras a investirem mais no meio ambiente.

O senador pediu ainda que o governo federal não vete iniciativa similar que já foi aprovada no Senado Federal. O projeto de lei do Senado (PLS 251/02), de autoria do então senador Waldeck Ornélas, e do qual Azeredo foi relator junto com a senadora licenciada Marina Silva, estabelece que pessoas físicas e jurídicas podem doar parte do Imposto de Renda devido para entidades sem fins lucrativos que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.



RISCOS Para Valadares, não faz sentido obrigar a população a ingerir o flúor, considerado elemento tóxico

mente adicionado – observou Valadares.

Segundo o parlamentar, vários países europeus que faziam a fluoretação da água deixaram de realizar esse procedimento ao reconhecer sua ineficácia ou por temerem suas consequências.



Marina e Ciro debatem gestão de mata pública

Audiência pública com ministros em comissões do Senado ocorrerá na próxima terça-feira

Devido ao feriado de 7 de setembro, foi adiada para a terça-feira da próxima semana a audiência pública com os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para subsidiar o projeto que trata de formas de gestão de florestas públicas para a produção sustentável. A reunião, prevista inicialmente para hoje, será realizada conjuntamente pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 9h30.

O projeto (PLC 62/05), de autoria da Presidência da República, está sendo analisado simultaneamente pelas três comissões, tramita em regime de urgência e tem de ser votado, no Senado, até o dia 1º de outubro. Com base no artigo 64 da Constituição federal, se a proposição receber emendas, a Câmara dos Deputados terá outros dez dias para examiná-las. Caso contrário, segue direto para sanção presidencial.

Desenvolvimento

A proposta cria o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. O órgão será responsável pela gestão das florestas públicas e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), que também está sendo instituído pelo projeto. O objetivo do fundo é fo-

mentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor.

A discussão da matéria tem gerado polêmica porque o projeto permite a exploração privada das florestas públicas, por meio de concessão, por até 40 anos. Vários senadores têm ocupado a tribuna do Plenário para criticar ou elogiar a proposta.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), relatora na CMA, é favorável à iniciativa e, segundo sua assessora de imprensa, não pretende apresentar emendas ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. Na CAE, o relator é o senador Jefferson Péres (PDT-AM) e na CCJ, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Apesar de o projeto prever que somente poderão candidatar-se à concessão empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país, alguns críticos acreditam que a matéria pode beneficiar grandes madeireiros, além de não criar mecanismos para proteger a Amazônia da “cobiça internacional”. Essa é a opinião, por exemplo, do senador Mozarildo Cavalcanti, para quem a proposta precisa ser analisada com cautela.

Em discurso no Plenário, o senador afirmou que, ainda que a lei a ser criada restrinja a concessão da exploração a empresas brasileiras, há o perigo da criação de “instituições de fachada” para atender a interesses internacionais.

– Quem serão essas empresas? Serão as multinacionais? Por que empresas brasileiras vão se vender, servindo de fachada para a exploração? – questionou.

O Senado é Mais Brasil: rádio leva cidadania ao interior

Todos os dias, às 7h da manhã, aparelhos de rádio espalhados pelas mais diversas localidades do Brasil ficam sintonizados na frequência de ondas curtas 5.990 kh, faixa 49 metros. Nesse horário, a Rádio Senado Ondas Curtas transmite *O Senado é Mais Brasil* – um programa de variedades e de prestação de serviços que, com características de rádio comunitária, une várias regiões do país.

Ao longo de três horas, são veiculadas músicas, notícias sobre política, meio ambiente, legislação e dicas para saúde. Para muitos, é a principal – e talvez única – forma de obter informações a respeito desses assuntos. Há quadros em que são entrevistados especialistas em áreas da Medicina, em problemas legais e em questões de

agropecuária, para solucionar dúvidas dos ouvintes. Aos domingos, é transmitido o quadro “Contos que Encantam”, com a dramatização de histórias populares e de contos da literatura brasileira.

A interação entre os ouvintes e a equipe responsável pelo programa é grande. São recebidos, em média, 180 cartas por mês e 50 telefonemas por dia. Nesses contatos, as pessoas fazem denúncias, solicitam esclarecimento de dúvidas sobre doenças e problemas do dia-a-dia, mandam recados, pedem músicas e até mesmo fotos da equipe.

De acordo com a apresentadora Rita Coutinho, que também é responsável pelas cartas que o programa recebe, os ouvintes desenvolvem uma relação de grande proximidade

com as pessoas que trabalham na rádio. As cartas atestam essa informação.

– O mais importante do programa é que nós conseguimos levar cidadania às comunidades rurais que têm dificuldade de acesso a serviços de saúde e informações sobre o que acontece no país – disse o apresentador José Carlos Sigmaringa, o Sig para os ouvintes.

Luciene Medina de Souza, moradora do Córrego do Brejão, em Novo Oriente de Minas (MG), certamente concorda.

– É com muito prazer que pego nesta caneta para dizer que eu gosto muito do programa, pois mexe com a vida de cada um de nós, porque fala sobre saúde e legislação – escreveu a ouvinte em carta enviada à emissora.

Um recado para a família, em ondas curtas

Um jovem que mora na cidade, distante dos pais, e precisa mandar um recado para a família pode contar com a ajuda da Rádio Senado Ondas Curtas. Entre os serviços prestados pelo programa *O Senado é Mais Brasil*, está a veiculação, em tempo real, de recados dos ouvintes. Como grande parte da audiência da Rádio Senado Ondas Curtas está em regiões distantes, em áreas rurais, em locais onde não há correio, Internet e, às vezes, nem telefone, o programa transmite notícias de moradores de uma região para ouvintes de outra.

Segundo a apresentadora Adriana Carla, é comum um filho ligar para a rádio, por meio do Alô Senado (0800-612211), e pedir para que a mãe, que vive em um sítio, seja avisada de que ele está passando bem. Ou maridos em viagem que telefonam, pedindo para avisar às suas esposas que se atrasarão no retorno para casa. O programa já noticiou trabalhos de parto, nascimentos, casamentos e até mortes. É uma forma rápida e barata de mandar notícias.

Diferentemente do que ocorre com o sistema FM, de pouco alcance, a transmissão em ondas curtas permite que o sinal da Rádio Senado seja captado nos lugares mais longínquos.



INOVAÇÃO Helival Rios e Armando Rollemberg (E), da Secretaria de Comunicação, Agaciél Maia (C), diretor-geral, e padre Abdon Dias firmam acordo

Senado assina convênio com rádio comunitária

O Senado Federal assinou ontem convênio com a Rádio Comunitária Lago Sul, da Sociedade Sol e Vida, vinculada à Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro daquele bairro de Brasília. Pelo acordo, a rádio comunitária poderá retransmitir a programação da Rádio Senado, além de contar com seu suporte técnico.

Segundo o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, o objetivo do convênio é divulgar as atividades da instituição.

– A população deve tomar conhecimento de tudo o que se faz dentro do Senado para se dar conta de como esta instituição é importante para a democracia brasileira. Todo o nosso projeto de comunicação social busca o reconhecimento dessa importância – justificou.

Para o secretário de Comuni-

cação Social, Armando Rollemberg, a experiência do Lago Sul será um projeto piloto.

– Estamos reformulando a programação para facilitar seu aproveitamento, com programas mais didáticos. Essa será só a primeira tentativa. Queremos disseminar a idéia pelo Brasil afora. Será uma excelente oportunidade de multiplicar o alcance dos nossos conteúdos.

O padre Abdon Dias Guimarães, pároco da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e conselheiro da Rádio Comunitária Lago Sul, disse que a programação da Rádio Senado é uma demanda antiga.

– Por sermos uma rádio comunitária, precisamos estar em sintonia com todos os poderes, saber o que está acontecendo no país – observou.



DECISÃO Renan defende proibição da venda de armas de fogo em seminário sobre combate à impunidade, promovido pelo Conselho Nacional da Justiça

Renan: povo decidirá entre modelo de paz e violência

Proibir definitivamente o comércio de armas de fogo é o primeiro passo para a redução da violência no Brasil. A opinião foi manifestada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em palestra no seminário internacional "Propostas para um Novo Modelo de Persecução Criminal – Combate à Impunidade", promovido pelo Conselho da Justiça Federal.

Renan destacou ser visível o anseio da população por uma nova ordem jurídica que responda às necessidades da sociedade atual e expressou a convicção de que o Estatuto do Desarmamento, que prevê o referendo em 23 de outubro deste ano, é hoje um dos principais instrumentos de cidadania que a população possui.

A proibição da venda de ar-

mas no Brasil, assinalou ainda Renan Calheiros, depende agora do voto da população brasileira. Nesse sentido, acrescentou, a consulta popular é um passo fundamental da democracia participativa, que se amplia em todo o mundo.

– O referendo é a oportunidade para que os brasileiros decidam que modelo de sociedade desejam, se o modelo da paz e da solidariedade ou o modelo da violência e da criminalidade. O Brasil, hoje, tem menos de 3% da população mundial e registra entre 10% e 13% dos crimes por arma de fogo que ocorrem no mundo.

O presidente do Senado disse considerar que somente uma Justiça mais ágil e mais equitativa produzirá um país no qual não apenas pobres permaneçam presos.

Frente pela legítima defesa é a favor da venda de armas

O site da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa – www.votona.com.br – apresenta no alto da página as seguintes frases: "Desarmamento. Seria bom se fosse verdade. Proibir a venda legal de armas não vai desarmar os bandidos".

Para os integrantes da frente, a proibição da venda de armas e munições não se justifica porque, em todo o país, existem apenas 800 lojas que comercializam armas de fogo. Além disso, a maioria das lojas, segundo a assessoria da frente, não é especializada em armas, vendendo também produtos de caça e pesca. O grupo parlamentar informa ainda que o número de residências que têm armas de fogo corresponde a apenas 3,5%.

– O que queremos mostrar é que os crimes com armas de fogo são cometidos por bandidos – afirmou o deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS), integrante da frente. O deputado acredita que a proibição aumentaria o número de armas comercializadas ilegalmente em todo o Brasil. Na sua opinião, os cidadãos devem ter o direito de portar armas de fogo, mas precisam receber treinamento adequado para obter o porte e o registro.

– Para tirar o porte, os cidadãos teriam que fazer um curso e um teste, como se faz com as licenças para conduzir um carro. Dessa maneira evitaríamos os acidentes decorrentes da falta de preparo daqueles que têm armas – explicou o parlamentar.

Cristovam: independência ainda não está completa

■ Senador diz que é preciso libertar o Brasil da dependência externa e combater a exclusão social

Ao lembrar a passagem do 7 de Setembro, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) lamentou que a independência do Brasil ainda esteja incompleta. Ele observou que o país depende dos credores internacionais, do fornecimento de energia do exterior, da importação do conhecimento científico e tecnológico, e de um parque produtivo no qual as empresas, em sua maioria, são oriundas do exterior ou são de capital estrangeiro.

– Hoje temos 70 milhões de brasileiros vivendo na exclusão e na pobreza. É triste ver que, na véspera de completar 183 anos, a independência continua incompleta – frisou ele.

Comentando a preocupação das lideranças nacionais com as CPIs e a punição dos responsáveis pela corrupção, Cristovam disse que tão importante quanto as ações necessárias para encontrar e punir os responsáveis pelos



CONTRASTE Segundo Cristovam Buarque, cerca de 70 milhões de brasileiros vivem na pobreza

atos de corrupção é fazer o trabalho que as gerações anteriores não souberam realizar. O parlamentar chamou a atenção para a importância de as lideranças "completarem o dever de casa que não foi feito pelas gerações anteriores, levando adiante a construção do país".

– Enquanto tivermos 15 milhões de adultos que não sabem ler, apenas um terço dos jovens ingressando no ensino médio e as Forças Armadas incapazes de garantir a segurança de uma nação com uma das maiores dimensões territoriais do mundo, não há como ter uma independên-

cia completa – destacou o senador. A seu ver, as Forças Armadas não recebem "os equipamentos, a formação e o respeito que merecem".

Futuro

Cristovam assinalou que o Brasil não pode chegar ao seu bicentenário, dentro de 17 anos, com sua independência ainda incompleta. Ele advertiu que, quando falarem da atual geração, as futuras gerações perceberão que se consertaram os erros do presente e, no entanto, esqueceu-se de construir o futuro.

O parlamentar criticou aqueles que acreditam que o Congresso Nacional não tem poder decisivo e sugeriu a formação de um movimento pela independência nacional. Lembrou que nenhum ato importante da vida brasileira nasceu de um partido isoladamente, mas de movimentos que uniram pessoas de diferentes partidos, que, no seu entender, são a essência da nação.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o futuro pode ser construído desde que se tenha "um querer coletivo de um projeto nacional".

Licença-maternidade pode ser de seis meses

O projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) que assegura a concessão de incentivos fiscais às empresas que aderirem voluntariamente à prorrogação da licença-maternidade, dos atuais quatro meses para seis meses, aguarda decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O PLS 281/05 tem como relator o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). O texto final da proposta foi elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado a partir de sugestão apresentada pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com o projeto, a funcionária terá direito à remuneração integral durante a prorrogação da licença-maternidade desde que não exerça qualquer atividade remunerada nesse período e ainda que a criança não seja mantida em creche ou organização similar.



VANTAGEM Projeto de Patrícia Saboya (destaque) será votado pela Comissão de Direitos Humanos

Caso contrário, a servidora perderá o direito à prorrogação da licença-maternidade.

A proposta estabelece que as empresas que aderirem ao programa terão direito à dedução integral, no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, do valor correspondente à remuneração integral da funcionária nos 60 dias de prorrogação da licença-maternidade.

Levantamento preliminar da Consultoria Legislativa indica que a renúncia fiscal decorrente da criação do projeto seria de aproximadamente R\$ 500

milhões caso todas as empresas aderissem e desfrutassem dos incentivos previstos no Programa Empresa-Cidadã, instituído pela proposta.

Patrícia Saboya defende a iniciativa, ressaltando que a saúde e o futuro das crianças devem estar acima dos interesses financeiros.



RIGOR Projeto de Augusto Botelho prevê suspensão de obras quando informações não forem divulgadas

Augusto propõe divulgação de contratos no Siasg

Os órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social da União serão obrigados a tornar disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) informações sobre todos os contratos e convênios firmados, devendo manter atualizados os dados relativos à execução física e financeira e à celebração de aditivos contratuais. É o que determina projeto (PLS 293/05) do senador Augusto Botelho (PDT-RR), em exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria receberá decisão terminativa.

O responsável pelo cadastramento das informações que descumprir a norma estará, de acordo com o projeto, sujeito às sanções previstas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Além disso, poderá haver suspensão das obras ou dos serviços objeto dos contratos cujas informações não forem incluídas no Siasg.

Enfraquecimento

Augusto Botelho lembrou que a norma contida no projeto já vem sendo editada repetidas vezes nas várias leis de diretrizes orçamentárias. Ele acredita, entretanto, que a necessidade de reeditá-la anualmente contribuiu para o seu enfraquecimento, além de sujeitá-la a vetos por parte do presidente da República, como teria acontecido com a LDO de 2005.

– A adoção desse projeto, portanto, contribuirá sobremaneira à fiscalização dos gastos públicos, evitando muitos dos intoleráveis escândalos que hoje enchem nosso noticiário nacional – argumentou.

A proposta do senador inclui também os contratos celebrados por meio de convênios com estados e municípios.

Maciel espera regras justas no comércio internacional

■ Senador anuncia reunião da OMC, em novembro, que marca o encerramento da Rodada de Doha

O senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou a realização da 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, em novembro, que marcará o encerramento da Rodada de Doha de Negociações Comerciais, que teve início no Catar, em 2001, durante a 4ª Conferência. O senador afirmou que a expectativa dessa rodada é que surjam regras capazes de corrigir as grandes assimetrias entre as nações ricas e aquelas em desenvolvimento no comércio internacional.

Maciel salientou que esta é a primeira rodada de negociações sob o comando da OMC, que, em sua opinião, substituiu com vantagens o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês) por ter um alcance especial sobre os temas a deliberar, tendo se tornado



INTERESSES Segundo Maciel, a conferência deve abrir espaço para os países em desenvolvimento

a primeira organização de comércio de caráter internacional.

Evolução

Desde 1947, a rodada servia apenas para reduzir tarifas e outras concessões comerciais, analisando caso a caso e observando os princípios de não-discriminação e de reciprocidade, explicou o senador. A criação da OMC, disse, representou uma mudança importante no quadro institucional do comércio. Isso porque, lembrou, foram estabelecidas regras definidas e formalmente enun-

ciadas para orientar o comércio internacional, fazendo da organização uma instância de recurso contra a violação das regras.

O senador ressaltou que o objetivo da 6ª Conferência é abrir espaço para os países em desenvolvimento, colocando suas necessidades no centro do programa de trabalho.

Devem ser discutidos, de acordo com Maciel, investimentos internacionais, direitos de exploração de patentes, uso de barreiras comerciais como parte da política de competitividade, direitos de participação em compras governamentais de outros países e período de adaptação para implementar as regras da OMC, entre outros.

Como as deliberações da Rodada de Doha devem ser aprovadas pelos parlamentos dos países participantes, Marco Maciel propôs que as comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado procurem se informar com os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a posição brasileira.

Ideli: economia do país cresce apesar da crise

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem que, apesar da crise política, o país vem apresentando números positivos no que se refere ao crescimento econômico, especialmente os divulgados no fim de semana.

A senadora ressaltou que os investimentos na economia brasileira cresceram 8,6% em 12 meses – de junho de 2004 a junho de 2005 –, o dobro do crescimento do produto interno bruto (PIB) no mesmo período, com perspectivas de aumento neste segundo semestre.

Outro dado importante destacado por Ideli Salvatti foi o crescimento da compra de máquinas, “um indicador significativo, já que nenhum empreendedor investe em maquinário se não tem perspectivas de ampliar a sua produção”. Os dados indicam que o

desempenho final do Finame, fundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de máquinas para a indústria, chegou a quase R\$ 1 bilhão em agosto, 38% a mais que no mesmo mês de 2004.

– Esses números são bastante elucidativos da retomada do crescimento. Em meio à crise política, é importante observar que ações de governo foram absolutamente necessárias e suficientes para que pudéssemos ter resultados como esses – salientou.

Investigações

Ideli também comentou a votação, na semana passada, do relatório parcial das CPIs dos Correios e do Mensalão sugerindo ao Conselho de Ética da Câmara a cassação de 18 parlamentares envolvidos nas denúncias de corrupção.

– Louvo iniciativas políticas



AVANÇOS Ideli ressalta o aumento no volume de investimentos e na compra de máquinas

como a que tivemos na semana passada, com a votação do relatório, que dão um vislumbre de que as investigações podem migrar para o encerramento e para a punição – afirmou, ressaltando que o relatório não faz juízo de valor.

A parlamentar disse acreditar que a CPI dos Correios doravante poderá se concentrar no seu foco, que são os contratos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a movimentação financeira do publicitário Marcos Valério.



REFORMA João Ribeiro elogia as mudanças nas campanhas eleitorais, enviadas à Câmara dos Deputados

João Ribeiro reassume seu mandato

O senador João Ribeiro (PL-TO) reassumiu ontem sua cadeira no Senado, depois de 121 dias de licença-saúde, em que o mandato foi exercido por seu suplente, Nezinho Alencar. João Ribeiro elogiou a atuação do suplente.

O senador aproveitou a oportunidade para manifestar seu apoio à chamada minirreforma eleitoral (PLS 275/05) aprovada pelo Senado e enviada à Câmara. O projeto reduz o tempo da campanha eleitoral de 90 para 60 dias, simplifica os programas de televisão, proíbe a boca-de-urna e exige que os partidos divulguem sua movimentação financeira pela Internet. O objetivo das medidas é diminuir o custo das campanhas.

João Ribeiro pediu que a Câmara também aprove o projeto. Para ele, a lei proporcionará um “enxugamento de gastos e do marketing das eleições”.

20 anos de educação infantil

Em comemoração aos 20 anos do Centro de Educação Infantil da Associação de Servidores do Senado, está sendo realizada uma exposição no Espaço Senado Galeria – localizado no Anexo I –, iniciada no dia de ontem e com término em 14 deste mês, para mostrar o trabalho da escola. Composta por fotos, documentos, trabalhos infantis e um filme, a mostra apresenta uma visão ampla dos projetos desenvolvidos por alunos e educadores.

O centro de educação da associação de servidores é aberto a toda a comunidade e realiza atividades que estimulam o desenvolvimento da criança nos seus primeiros anos de vida, cuidando da sua integridade física e emocional.